



## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

**PUBLICADO**  
 Em. 22/05/98

**CONTRATO DE ADESÃO N ° 006/98 PARA A  
 PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
 AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
 TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
 INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
 LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
 DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
 LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
 ANEXO I**

Aos 20 (vinte ) dias do mês de Maio, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Rua São José, n.º 35 – 15.º andar, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, LUIZ ARMANDO DE MATTOS e 2) a empresa **VIAÇÃO CIDADE DO AÇO LTDA.** , com sede na Rodovia Pres. Dutra , KM 269 , Barra Mansa, inscrita no CGC/MF sob o n.º 28.670.958/0001-09, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por **ABELMAR DIAS CURVELLO**, na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 1 750 413, emitida pelo IFP , e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n ° E-10/130.512/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado ) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;



II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;

III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

#### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:



I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;

II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSÃO, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSÃO a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

### **DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.



### DO PRAZO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### DA TRANSFERÊNCIA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 ( três ) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1998

**PODER PERMITENTE**

:

\_\_\_\_\_  
LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE

**PERMISSIONÁRIA**

:

\_\_\_\_\_  
VIAÇÃO CIDADE DO AÇO LTDA.

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
PEDRO LUIZ NEFFLER GALVÃO  
Chefe de Gabinete  
Matr. nº 34/00519 - DETRORJ.

\_\_\_\_\_  
JOSE JACOB  
Diretor - DTO  
Mat. Nº 34/00491 - DETRORJ

S/EFEITO





## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

**PUBLICADO**  
 Em 29/05/98

**CONTRATO DE ADESÃO N.º 007/98 PARA A  
 PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
 AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
 TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
 INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
 LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
 DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
 LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
 ANEXO I**

Aos 22 (vinte e dois ) dias do mês de Maio, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Rua São José, n.º 35 – 15.º andar, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, **LUIZ ARMANDO DE MATTOS** e 2) a empresa **AUTO ÔNIBUS FAGUNDES LTDA.**, com sede na Estrada São José, n.º 52, Itaboraí, inscrita no CGC/MF sob o n.º 29.553.609/0001-70, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por **MARCELO TRAÇA GONÇALVES** , na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 06949272-6, emitida pelo IFP, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/130.525/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado ) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'J' and 'PI']*



II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;

III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSIONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSIONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:

*Handwritten signature in blue ink.*

*Handwritten number '21' in blue ink.*

*Handwritten signature in blue ink.*

*Handwritten signature in black ink.*



I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;

II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

### DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA: Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.

### DO PRAZO



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### **DA TRANSFERÊNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### **DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **DA PUBLICAÇÃO**

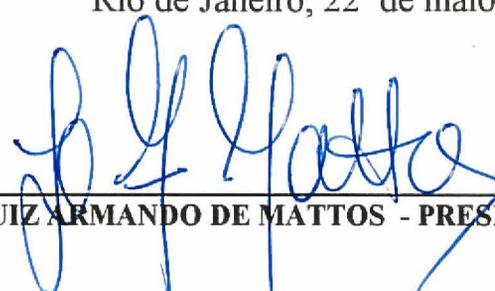
**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 ( três ) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1998

**PODER PERMITENTE**

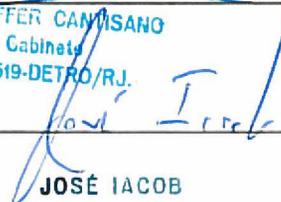
:   
 \_\_\_\_\_  
**LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE**

**PERMISSIONÁRIA**

:   
 \_\_\_\_\_  
**AUTO ÔNIBUS FAGUNDES LTDA.**

**TESTEMUNHAS:**

  
 \_\_\_\_\_  
**PEDRO LUIZ HEFFER CAMISANO**  
 Chefe de Gabinete  
 Mat. nº 34/00519-DETRORJ.

  
 \_\_\_\_\_  
**JOSÉ IACOB**  
 Diretor - DTO  
 Mat. Nº 34/C0491 - DETRO/RJ

**PUBLICADO**

Em 29/05/98

17



## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

**PUBLICADO**  
 Em 29/05/98

**CONTRATO DE ADESÃO N ° 008/98 PARA A  
 PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
 AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
 TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
 INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
 LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
 DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
 LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
 ANEXO I**

Aos 22 (vinte e dois ) dias do mês de Maio, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Rua São José, n.º 35 – 15.º andar, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, LUIZ ARMANDO DE MATTOS e 2) a empresa EXPRESSO RIO DE JANEIRO LTDA. , com sede na Rua Joaquim Campos, n.º 226, Itaúna, São Gonçalo, inscrita no CGC/MF sob o n.º 30.620.298/0001-01, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por MARCELO TRAÇA GONÇALVES , na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 06949272-6, emitida pelo IFP , e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/130.526/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados:

Rua São José, 35 - 15.º andar - Centro - CEP 20010-020 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel.: 240-9100



II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;

III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

#### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:



I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;

II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão, pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

## DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

CLÁUSULA OITAVA: A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

CLÁUSULA NONA: A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.



## DO PRAZO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

## DA TRANSFERÊNCIA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

## DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 ( três ) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1998

**PODER PERMITENTE**

:   
 LUÍZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE

**PERMISSIONÁRIA**

:   
 EXPRESSO RIO DE JANEIRO LTDA.

**TESTEMUNHAS:**

  
 PEDRO LUIZ HEFFER CANTISANO  
 Chefe de Gabinete  
 Matr. nº 34/00519-DETRORJ

  
 JOSÉ JACOB  
 Diretor - DTO  
 Matr. Nº 34/00451 - DETRO/RJ

**PUBLICADO**  
 Em 29/05/98



## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

**PUBLICADO**  
 Em. 29/05/98

**CONTRATO DE ADESÃO N ° 009/98 PARA A  
 PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
 AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
 TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
 INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
 LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
 DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
 LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
 ANEXO I**

Aos 22 (vinte e dois ) dias do mês de Maio, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Rua São José, n.º 35 – 15.º andar, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, LUIZ ARMANDO DE MATTOS e 2) a empresa **RÁPIDO CACHOEIRENSE LTDA.**, com sede no Parque Santa Luzia, n.º 04, Cachoeira de Macacu , inscrita no CGC/MF sob o n.º 29.713.799/0001-45, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por **MARCELO TRAÇA GONÇALVES**, na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 06949272-6, emitida pelo IFP , e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/130.527/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado ) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados;



II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;

III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

#### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

**CLÁUSULA SEXTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:



I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;

II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

## DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

**CLÁUSULA OITAVA:** A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

**CLÁUSULA NONA:** A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA: Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.



## DO PRAZO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

## DA TRANSFERÊNCIA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

## DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 ( três ) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1998

PODER PERMITENTE

:

  
 LUIZ ARMANDO DE MATTOS PRESIDENTE

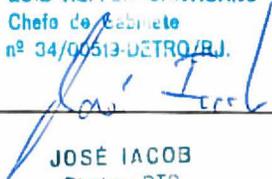
PERMISSIONÁRIA

:

  
 RÁPIDO CACHOEIRENSE LTDA.

TESTEMUNHAS:

  
 PEDRO LUIZ HEFFER CANTISANO  
 Chefe de Gabinete  
 Matr. nº 34/00513-DETRORJ.

  
 JOSÉ JACOB  
 Diretor - DTO  
 Matr. Nº 34/00491- DETRO/RJ

PUBLICADO

Em 28/05/98



## CONTRATO DE ADESÃO PARA A PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE AUTORIZAÇÕES

**PUBLICADO**  
 Em. 26/05/98

**CONTRATO DE ADESÃO N ° 010/98 PARA A  
 PRORROGAÇÃO DE PERMISSÕES E DE  
 AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇOS DE  
 TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
 INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS,  
 LAVRADO PELO DEPARTAMENTO DE  
 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO  
 DO RIO DE JANEIRO – DETRO/RJ DAS  
 LINHAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO  
 ANEXO I**

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Maio, do ano de 1998, na sede do **Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ**, situada na Rua São José, n.º 35 – 15.º andar, nesta Cidade, presentes: 1) essa Autarquia criada pela Lei n.º 1221/87, doravante denominada **PODER PERMITENTE**, neste ato representado por Seu Presidente, **LUIZ ARMANDO DE MATTOS** e 2) a empresa **RIO ITA LTDA.**, com sede na Rua Joaquim Campos, n.º 226, Itaúna, São Gonçalo, inscrita no CGC/MF sob o n.º 29.853.942/0001-02, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, representada neste ato por **MARCELO TRAÇA GONÇALVES**, na qualidade de representante legal, na forma de seus atos constitutivos, Identidade n.º 06949272-6, emitida pelo IFP, e por força de Lei n.º 2831, de 13 de novembro de 1997, publicada em 14 de novembro do mesmo ano, no Diário Oficial do mesmo Estado, e conforme o decidido no Processo Administrativo n.º E-10/130.528/98, assinam perante as testemunhas a seguir nomeadas, o presente Contrato de Adesão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A prestação de serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, reger-se-á pelas normas da Lei n.º 2831/97, pela Lei n.º 8666/93, pelos Decretos n.ºs. 3893/81, 22637/96 e 22490/96, que disciplinam os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros neste Estado, e demais normas complementares, pelo Contrato de Adesão de Obrigação pertinente às Permissões e Autorizações em vigor das linhas e serviços constantes do Anexo I, parte integrante e complementar desta avença, pelas condições deste Contrato de Adesão e demais condições aplicáveis.



**CLÁUSULA SEGUNDA:** Consoante os Termos de Obrigação e demais atos administrativos, foi delegada pelo PODER PERMITENTE à PERMISSONÁRIA a execução dos serviços descritos no Anexo I, sendo que, por força da Lei n.º 2831/97, essa delegação fica mantida pelo prazo previsto neste Contrato de Adesão, encontrando-se em pleno vigor.

### **DA REMUNERAÇÃO E DO CUSTO TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços ora mantidos serão remunerados pela tarifa que assegure o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

§ 1.º - A base de cálculo econômico da tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, rodagem, peças e acessórios), pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital, despesas administrativas e pessoal empregado ) e pelos custos de tributos e tarifas e preços incidentes.

§ 2.º - Observar-se-á o método de determinação da tarifa, de acordo com o Anexo II.

§ 3.º - As tarifas dos serviços, objeto do presente Contrato de Adesão, são as definidas no Anexo I.

### **DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO**

**CLÁUSULA QUARTA:** As tarifas dos serviços serão reajustadas, segundo a periodicidade prevista em lei, podendo ser revistas, no entanto, a qualquer tempo, nos termos do § 5.º, do art. 65, da Lei n.º 8666/93, com suas alterações c/c o art. 10, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 2831/97.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Pelo presente Contrato de Adesão, a PERMISSONÁRIA obriga-se à:

I – manter a execução dos serviços já delegados:



II – prestar serviço adequado na forma prevista neste Contrato de Adesão e nas normas técnicas regulamentares;

III – manter o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do serviço;

IV – prestar contas da gestão do serviço ao PODER PERMITENTE, nos Termos regulamentares;

V – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e Cláusulas deste Contrato de Adesão;

VI – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VII – submeter os veículos a vistoria periódica conforme a legislação em vigor;

VIII – manter durante o prazo de vigência do presente Contrato de Adesão qualificação compatível com o exercício de prestação do serviço;

IX – observar as normas relativas às características dos veículos;

X – efetuar a substituição dos veículos quando atingirem o tempo limite de vida útil, conforme determinado pelo Regulamento;

XI – cobrar o preço da passagem de acordo com o valor fixado ou o posteriormente determinado pelo PODER PERMITENTE.

§ 1.º - Qualquer alteração societária da empresa PERMISSIONÁRIA deverá ser comunicada previamente ao PODER PERMITENTE.

§ 2.º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela PERMISSIONÁRIA, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o outorgante.

#### DOS ENCARGOS DO PODER PERMITENTE

CLÁUSULA SEXTA: Pelo presente Contrato de Adesão, o PODER PERMITENTE obriga-se à:



I – regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado;

II – aplicar as penalidades regulamentares e as previstas no presente Contrato de Adesão;

III – extinguir a permissão, nos casos previstos neste Contrato de Adesão e Regulamento do Serviço;

IV – autorizar reajustes e proceder a revisão das tarifas e autorizar seu reajustamento, nos termos da legislação pertinente;

V – fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as Cláusulas do presente Contrato de Adesão;

VI – zelar pela boa qualidade do serviço; receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VII – estimular o aumento da qualidade; a preservação do meio ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço; e

VIII – garantir a plena execução da permissão.

Parágrafo Único - Em face do estabelecido no art. 71, da Lei n.º 8666/93, deverá apresentar a PERMISSONÁRIA, sempre que solicitada, a comprovação de quitação dos encargos previdenciários da mão-de-obra alocada à execução dos serviços permitidos.

### DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Extingue-se a PERMISSÃO por:

I – advento do termo do presente Contrato de Adesão;

II – encampação;

III – caducidade ou rescisão;

IV – desistência da exploração do serviço, parcial ou totalmente, mediante notificação escrita ao PODER PERMITENTE, obrigando-se a PERMISSONÁRIA a cumprir integralmente as Cláusulas da Permissão pelo período de 6 (seis) meses, após a referida notificação;

V – anulação; e



## VI – falência ou extinção da PERMISSONÁRIA.

§ 1.º - Incorrerá em pena de caducidade ou rescisão a PERMISSONÁRIA ao descumprir Cláusula do presente Contrato de Adesão, disposições legais previstas nos incisos do § 1 do art. 43 da Lei nº 2.831/97, ou regulamentares concernentes à prestação do serviço, que paralisar o serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da PERMISSONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à PERMISSONÁRIA os descumprimentos referidos no § 1.º desta Cláusula, dando-se-lhe um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões que lhe forem apontadas e para enquadramento, podendo ser prorrogado, por uma vez, se necessário.

§ 4.º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do Presidente do PODER PERMITENTE.

§ 5.º - declarada a caducidade, não resultará para o PODER PERMITENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da PERMISSONÁRIA.

## DA RESPONSABILIDADE DA PERMISSONÁRIA

CLÁUSULA OITAVA: A PERMISSONÁRIA será responsável, direta e exclusivamente, pelos prejuízos que causar ao PODER PERMITENTE ou a terceiros na execução dos serviços, não podendo imputar ao PODER PERMITENTE qualquer responsabilidade ou solidariedade pela prática de tais atos.

CLÁUSULA NONA: A infração às determinações contidas neste Contrato de Adesão e na legislação que o disciplina, sujeitará a PERMISSONÁRIA as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;



III – lacre;

IV – suspensão da permissão para execução do serviço;

V – retenção do veículo;

VI – caducidade da permissão.

§ 1.º - As sanções previstas nos incisos IV, V e VI poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2.º - As Sanções, estabelecidas nos incisos IV, V VI desta Cláusula, são de competência exclusiva do Presidente do PODER PERMITENTE, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o decurso do prazo consignado.

§ 3.º - As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, desta Cláusula, são aplicadas pela Diretoria Técnica Operacional (DTO) do PODER PERMITENTE.

### DOS RECURSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Dos atos da Administração caberão os seguintes recursos:

I – a impugnação contra a aplicação das penalidades, previstas nos incisos I, II, III e V, da Cláusula Nona, será endereçada ao PODER PERMITENTE e decidida pela Comissão Permanente de Recursos de Inspeções do DETRO/RJ;

II – a impugnação contra a aplicação das demais penalidades previstas nos inciso IV e VI, da Cláusula Nona, será endereçada e decidida pelo Presidente do PODER PERMITENTE; e

III – contra a decisão proferida pela autoridade, referida no inciso II acima, caberá recurso, a ser examinado pelo Secretário Estadual de Transportes.

§ 1.º - O prazo das impugnações, previstas nos incisos I e II, desta Cláusula, será de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência inegável do fato.

§ 2.º - O prazo para a interposição dos recursos, previsto no inciso III desta Cláusula, bem como os seus efeitos serão regulados pelo Regulamento do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, aprovado pelo Decreto n.º 3893/81, com suas alterações.



### DO PRAZO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O presente Contrato de Adesão de Prorrogação de Permissão de Serviço é outorgado pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogável pelo mesmo período, desde que a PERMISSONÁRIA esteja executando o serviço de forma satisfatória.

### DA TRANSFERÊNCIA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A PERMISSONÁRIA poderá transferir a Permissão a terceiros, no todo ou em parte, bem como alterar o seu controle societário, desde de que haja prévia e expressa anuência do PODER PERMITENTE, observando-se, para tanto, as exigências contidas no parágrafo único do art. 32 da Lei nº 2.831/97.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Ficam ratificadas, através do presente Contrato de Adesão, todas as condições estipuladas no ato de permissão que ora se prorroga, no que se incluem os encargos e penalidades até a presente data estipulados, permanecendo em vigor todas as suas demais Cláusulas que não contrariem as constantes deste Contrato de Adesão.

### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para a solução judicial das demandas relativas ao presente, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O PODER PERMITENTE fará publicar, às expensas da PERMISSONÁRIA, o extrato deste Contrato de Adesão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



E por estarem assim acordados, firmam o presente em 3 ( três ) vias de igual teor e forma para que produza os seus regulares e jurídicos efeitos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1998

PODER PERMITENTE

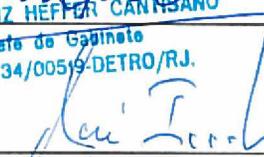
:   
 LUIZ ARMANDO DE MATTOS - PRESIDENTE

PERMISSIONÁRIA

:   
 RUCITA LTDA.

TESTEMUNHAS:

  
 PEDRO LUIZ HEFFER CANABANO  
 Chefe de Gabinete  
 Mat. nº 34/00519-DETRORJ.

  
 JOSÉ IACOB  
 Diretor - DTO  
 Mat. Nº 34/00491 - DETRO/RJ

PUBLICADO  
 Em 26/05/98